

# Políticas públicas e a pesquisa na pós- graduação em educação: considerações a partir das produções acadêmicas

Public policies and post-graduate  
research in education: considerations from  
academic productions

Políticas públicas y la investigación  
en el postgrado en educación:  
consideraciones de producciones académicas

**NATALI DE FÁTIMA DOS SANTOS** 

Mestranda em Educação  
Grupo de pesquisa em Políticas públicas, educação permanente e práticas  
educacionais de jovens, adultos e idosos  
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil  
[natalisantos.ped@gmail.com](mailto:natalisantos.ped@gmail.com)

**GREGORY LUIS ROLIM ROSA** 

Doutorando em Educação  
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil  
Grupo Estudos e Pesquisa de Políticas Educacionais e Práticas Educativas  
[rolimg7@gmail.com](mailto:rolimg7@gmail.com)

**PAOLA ANDRESSA SCORTEGAGNA** 

Doutora em Educação  
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil  
Grupo de pesquisa em Políticas públicas, educação permanente e práticas  
educacionais de jovens, adultos e idosos  
[paola\\_scortegagna@hotmail.com](mailto:paola_scortegagna@hotmail.com)

## Cómo citar

este artículo en APA:  
dos Santos, N., Rolim,  
G., P., Scortegagna  
(2020). Políticas  
públicas e a pesquisa  
na pós-graduação em  
educação: considerações  
a partir das produções  
acadêmicas. *Analecta  
Política*, 10(18), pp. 125-  
152.

## Fecha de recepción:

09.10.2019

## Fecha de aceptación:

28.05.2020

## Resumo

Este texto buscou identificar, refletir e analisar como a temática Políticas Públicas vem sendo abordada nas pesquisas no âmbito de um Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) de uma Instituição de Ensino Superior Pública do Estado do Paraná - Brasil. Tomando como base empírica os trabalhos produzidos no PPGE e caracterizada como um estudo documental, a pesquisa analisou 75 teses e dissertações produzidas no período de 1996 a 2019. Tomando como base as contribuições de Pierre Bourdieu, principalmente seus escritos sobre os conceitos de campo social, reflexividade e vigilância epistemológica, foi possível verificar que o objeto de estudo de pesquisadores tem sido: a ação estatal por meio da produção de Políticas Públicas; as ações governamentais; e as disputas de poderes para a implementação de projetos. Além disso, verificou-se que muitas produções não explicitam de forma clara a perspectiva teórico-epistemológica utilizada para a análise das políticas.

**Palavras-chave:** Políticas, Políticas Públicas, Política Educacional, Pesquisa na Pós-Graduação, Produções Acadêmicas.

## Abstract

This text sought to identify, reflect and analyze how the issue of public policies has been addressed in research within the scope of a Postgraduate Program in Education (PPGE) of a Public Higher Education Institution in the State of Paraná - Brazil. Taking as empirical basis the works produced in the aforementioned PPGE and characterized as a documentary study, the research analyzed 75 theses and dissertations that were carried out in the period from 1996 to 2019. Based on the contributions of Pierre Bourdieu, mainly his writings on the concepts of social field, reflexivity and epistemological vigilance, it was possible to verify that the action of the state through the production of public policies, government actions and power disputes for the implementation of projects in society has been the object of study by researchers who focus on the analysis of educational policies. In addition, it was found that many productions do not clearly explain the theoretical-epistemological perspective used for policy analysis.

**Keywords:** policies, public policies, educational policy, graduate research, academic productions.

## Resumen

Este texto buscó identificar, reflexionar y analizar cómo se ha abordado el tema de las políticas públicas en los trabajos de investigación en el ámbito de un Programa de Posgrado en Educación (PPGE) de una Institución de Educación Superior Pública en el Estado de Paraná - Brasil. Tomando como base empírica los trabajos producidos en dicho PPGE y caracterizados como un estudio documental, la investigación analizó 75 tesis y disertaciones que fueron llevadas a cabo en el período de 1996 a 2019. A partir de las contribuciones de Pierre Bourdieu, principalmente sus escritos sobre los conceptos de campo social, reflexividad y vigilancia epistemológica, fue posible verificar que la acción del estado a través de la producción de políticas públicas, acciones gubernamentales y disputas de poder para la implementación de proyectos en la sociedad ha sido objeto de estudio por parte de investigadores que se centran en el análisis de políticas educativas. Además, se encontró que muchas producciones no explican claramente la perspectiva teórico-epistemológica utilizada para el análisis de las políticas.

**Palabras clave:** políticas, políticas públicas, política educativa, investigación de posgrado, producciones académicas.

## Introdução

A pesquisa no âmbito da Pós-Graduação em educação tem grande destaque no cenário das produções acadêmicas, haja vista que os programas da área estão presentes em todas as regiões brasileiras e crescem consideravelmente nas últimas décadas, ultrapassando mais de 180 cursos recomendados pela CAPES.

Diante da quantidade significativa de programas, pode-se observar também a quantidade significativa de grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, na área de Educação, os quais totalizam 3595 grupos, o que representa 9,6% do total de grupos registrados, de acordo com a Estatística de 2016 (CNPq, 2019).

A partir deste panorama geral, a temática central deste estudo, refere-se a produções na Pós-Graduação em Educação, especialmente relacionadas às políticas públicas. Em consonância com os dados dos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, de acordo com o Censo 2010 do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (CNPq, 2010), havia 251 grupos registrados sob a temática das “políticas públicas” ou “política pública” e dentre estes, 61 grupos estavam concentrados na área da educação, dando certo destaque ao estudo e produções sobre as políticas públicas na área da educação, com consonância da produção na pós-graduação.

Assim, o presente artigo, visa olhar para as políticas públicas, por meio das produções acadêmicas (teses e dissertações) no contexto da Pós-Graduação em Educação. Sob esse viés e no limite do artigo, busca-se evidenciar como a educação, enquanto política pública vem sendo abordada nas pesquisas. Trata-se, portanto, de uma análise descritiva do contexto referente ao Programa de Pós-Graduação em Educação enquanto espaço de pesquisa.

Desta maneira, tem-se como objetivo identificar, refletir e analisar como a temática Políticas Públicas, vem sendo abordada nas pesquisas no âmbito de um PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação e uma Instituição de Ensino Superior Pública do Estado do Paraná - Brasil.

Para tanto, metodologicamente, realizou-se a leitura transversal de todas as teses e dissertações disponíveis no site do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, assim como do acervo físico, especificamente, da linha de pesquisa em História e Políticas Educacionais, devido a que todas as teses e dissertações que têm tido como objeto de estudo as políticas públicas em educação estão alocadas nesta linha de pesquisa. No total, foram 75 (setenta e cinco). Para análise, foi considerado um recorte temporal que

abrange os anos de 1996, período em que aconteceram as primeiras defesas no programa, até 2019. Tomou-se a leitura sistemática dos títulos, resumos, palavras-chave, introdução, considerações finais e, quando necessária, a análise do capítulo destinado à fundamentação teórico-epistemológica dos trabalhos.

Trata-se assim de um estudo de abordagem qualitativa, o qual do ponto de vista de seus procedimentos metodológicos classifica-se como documental e bibliográfico (CELLARD, 2008). O referencial teórico apresentado pautou-se na teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu, considerando, especificamente, seus escritos sobre os conceitos de campo científico, vigilância epistemológica e reflexividade. Baseou-se também, em autores que conceituam política pública (Boneti, 2011; Freire Junior, 2005; Kauchakje, 2007; Lowi, 1972; Mincato, 2012) e em estudos que discutem questões relativas ao processo de constituição do campo da Política Educacional no Brasil, assim como, trabalhos que analisam as principais características das produções do campo em questão (Mainardes, 2009, 2015, 2017, 2018a, 2018b, 2018c; Stremel, 2014, 2016, 2017; Tello; Mainardes, 2012; 2015; Tello, 2012, 2013; entre outros). Para a organização dos dados bem como para sua posterior análise, tomou-se como base as formulações do Enfoque das Epistemologias da Política Educacional (EEPE) desenvolvidas por Tello (2012), Tello e Mainardes (2015), Mainardes e Tello (2016) e estudos de Mainardes (2018a, 2018b) a respeito dos aspectos conceituais e metodológicos da metapesquisa no campo da Política Educacional.

Os enfoques metodológicos que têm orientado a análise de políticas públicas da educação no campo acadêmico da Pós-Graduação em Educação têm priorizado enfoques avaliativos, quantitativos e qualitativos dos investimentos públicos feitos, ou seja, o destino e a forma de gerenciamento dos recursos públicos, visando apreender, principalmente, seus resultados. Apesar da importância que esse tipo de análise representa para o monitoramento das políticas, compreende-se que, em certa medida, apreende-se apenas um momento da dinâmica que envolve o processo de formulação e operacionalização das políticas públicas, sendo necessário, portanto, o desenvolvimento de análises que considerem a complexidade que envolve o processo de elaboração das políticas públicas.

Ao caracterizar a análise das políticas públicas sob um enfoque diferente em relação ao que tradicionalmente vem sendo adotado no meio acadêmico, Boneti (2011) afirma ser necessário superar as análises superficiais sobre a temática, as quais consideram apenas a avaliação dos resultados em relação à consideração dos direitos sociais.

De acordo com o autor esse tipo de análise favorece o estudo parcial das políticas, pressupondo que as determinações legais, por si só, “fundamentam e movem as instituições públicas e as suas ações” esquecendo-se, portanto, de considerar outros fatores que fazem parte da organização da sociedade civil, “os interesses de classes, os partidos políticos, e demais agentes determinantes na elaboração e gestão das políticas públicas...” as quais se originam no âmbito da sociedade civil (Boneti, 2011, p. 8).

Em se tratando especificamente do campo da política educacional, evidencia-se que, pelo fato de ser um campo relativamente novo no Brasil, ainda há insuficiência de referenciais analíticos mais consistentes e específicos que permitam a realização de análises críticas a respeito do percurso de programas e políticas educacionais, considerando esse processo desde sua formulação inicial até sua implementação no contexto da prática, bem como, seus efeitos. (Mainardes, 2009).

Assim como Azevedo e Aguiar (2001), Mainardes (2009) afirma que apesar do crescimento do número de teses, dissertações, pesquisas e publicações, bem como, um aumento do número de grupos de pesquisa na área de política e de linhas de pesquisa nos programas de Pós- Graduação em Educação no Brasil, as pesquisas apresentam algumas fragilidades que dificultam o desenvolvimento de análises fundamentadas em bases teóricas consistentes e que de fato possibilitem a apreensão do conjunto de influências que atuam no “processo de formulação de políticas, tais como: influências globais, internacionais, agências multilaterais, arquiteturas políticas nacionais e locais, indivíduos, grupos, redes políticas, entre outros” (Mainardes, 2009, p. 4)

Dentre os principais problemas elencados pelo autor, destacam-se: a ausência de explicitação dos pressupostos teóricos que sustentam seus estudos; a supervalorização de processos locais apresentando frágil articulação com a totalidade (sistema social, político e econômico mais abrangente); frágeis teorizações sobre as concepções de Estado e política educacional; ausência de articulação entre as políticas analisadas e o contexto histórico, o que dificulta a compreensão a respeito das origens das políticas e de seus objetivos (Mainardes, 2009).

Mainardes (2009), ao indicar tais questões, enfatiza que não se trata de fazer generalizações ou uma espécie de julgamento das pesquisas sobre políticas. O objetivo de tais indicações corresponde a um esforço de evidenciar a importância de se discutir as questões teórico-metodológicas sobre a análise de políticas.

# 1. As políticas públicas

As políticas públicas são “um conjunto ou uma medida isolada praticada pelo Estado com o desiderato de dar efetividade aos direitos fundamentais ou ao Estado Democrático de Direito” (Freire Junior, 2005, p. 47).

Ao se tratar das políticas públicas, as mesmas possuem elementos constitutivos, que as definem como tal, e é partir destas que se identifica ações do governo, de planejamento e possível execução. Há envolvimento de diferentes atores, tanto no âmbito público, quanto no privado, além de possuir níveis diferentes de decisão (contexto legislativo e executivo) (Souza, 2006).

Quando se trata de uma política pública, muitas vezes restringe-se a ideia de uma lei. Todavia, não se limita a leis e regras, podendo a mesma ser materializada por meio de programas (como os programas educacionais financiados pelo Ministério da Educação, por exemplo: programa nacional do livro didático). Estabelece-se, geralmente, como uma ação política de longo prazo, entretanto apresenta impactos muitas vezes imediatos, como é o caso da Reforma do Ensino Médio, muito debatida nos últimos anos no Brasil.

A política pública está inserida no campo da ciência política e possui duas características fundamentais: 1. diz respeito à atuação do governo diante algum tipo de demanda específica; 2. refere-se à análise das ações, indicando mudança ou ruptura.

É importante entender que, na maioria das vezes, as políticas públicas são oriundas das demandas sociais, algumas por meio de mobilização social, por meio de representação ou de atuação de grupos específicos (empresários, por exemplo). Assim, pode-se entender que são ações governamentais estruturadas para a resolução de problemas da sociedade civil (reflexos dos interesses, necessidades e ideologias das classes sociais), a qual não consegue equacionar tais questões devido a sua estrutura contraditória.

Política pública é “[...] uma forma de intervenção na vida social, estruturada a partir de processos de articulação de consenso e de embate entre atores sociais com interesses diversos, decorrentes de suas posições diferenciadas nas relações econômicas, políticas, culturais e sociais” (Kauchakje, 2007, p. 68).

De acordo com Scortegagna (2016) não basta a implantação de uma nova política pública (aprovação legislativa e sanção presidencial), é fundamental seu

acompanhamento, avaliação e possíveis mudanças ou supressões. Da identificação de um problema, reconhecido como uma necessidade e evidenciado como um direito (universal), perpassa pela formulação de uma alternativa para resolver ou amenizar este problema. Na sequência, deve-se identificar quais são as medidas emergenciais, seguidas das ações de médio e de longo prazo. Posteriormente, deve ocorrer o processo de implementação, seguido pela avaliação. Assim, uma política pública, mais do que um ato normativo, precisaria buscar implementar um direito social.

O debate em torno da elaboração de uma política pública, portanto, é feito entre os ‘agentes de poder’, quer seja nacional ou global, constituindo-se, na verdade, de uma disputa de interesses pela apropriação de recursos públicos, ou em relação aos resultados da ação de intervenção do Estado na realidade social, por meio do investimento social ou da ação de regulação, de forma que um ‘agente do poder’ defende os interesses de um partido político, mas, na maioria das vezes ele defende mesmo interesses que ultrapassam a esfera partidária [...]. O poder de barganha depende da força política e econômica de interesse existente no âmbito da totalidade dos ‘agentes do poder’. É a partir desta lógica que se pode entender a existência dos chamados ‘lobbies’ e o papel dos lobistas (Boneti, 2011, p. 16-17).

Assim, “[...] as políticas públicas são ações dos Poderes Públicos que visam a assegurar as condições econômicas, políticas e sociais necessárias à reprodução da sociedade e do próprio Estado capitalista” (Mincato, 2012, p. 85).

As políticas públicas também possuem características, as quais permitem a sua classificação, de acordo com os seus objetivos. Lowi (1972) explica que há diferentes tipos de políticas: distributivas, constitutivas, regulatórias e redistributivas.

As políticas distributivas são aquelas referentes às decisões governamentais, que atendem questões específicas de certos grupos sociais, e não consideram quais são os impactos nos recursos públicos. Assim, suas características são mais individuais do que universais, o que as colocam numa condição mais coercitivas. São exemplos: tarifas e subsídios diversos (Lowi, 1972).

Políticas constitutivas dizem respeito à organização de procedimentos e agendas, processadas no sistema por meio de vetos e/ou apoios de diferentes grupos sociais. Estas políticas são aprovadas por meio de uma organização eleitoral, visando equilíbrio das contas públicas. São exemplos: ações como reduções nos salários e abonos do funcionalismo público (Lowi, 1972).

Políticas regulatórias são as mais visíveis, pois atendem tanto interesses locais como universais. Assim, a partir deste grupo de políticas, visa-se o equilíbrio da economia, regulação do mercado, na política e nos conflitos sociais, nas diferentes frações e estratos. São políticas que tendem a descentralização.

São exemplos: concorrência desleal, eliminação de bens superfaturados e a publicidade fraudulenta (Lowi, 1972).

O último grupo de políticas são as redistributivas, as quais possuem como característica o fato de serem centralizadas, mas atendem um grande grupo populacional. Podem trazer benefícios para alguns grupos e prejuízos para outros, por serem universais. Em relação ao contexto político, são as de mais fácil encaminhamento, uma vez que trazem em si um apelo social significativo. Estão neste grupo a previdência, o sistema tributário e as políticas sociais (Lowi, 1972).

Assim, uma política pública se traduz em resultado para as demandas da sociedade, seja por sua implementação ou até mesmo pela negação da formulação de uma alternativa para atender uma necessidade identificada (Souza, 2006).

Neste âmbito das políticas públicas, encontram-se as políticas educacionais, que são destacadas neste texto, enquanto campo acadêmico, e, não se restringindo ao conjunto de normativas, leis e programas deste grupo de políticas.

## **2. O campo acadêmico e o subcampo acadêmico da Política Educacional no Brasil: apontamentos necessários**

Neste estudo, o campo da Política Educacional é entendido na qualidade de campo acadêmico, um subcampo do campo científico, assim como afirma Stremel (2016), pautada nos estudos de Bourdieu. Nesse sentido, o campo da Política Educacional é entendido como um campo social marcado por relações de disputas, mas também por relações de cumplicidade entre os agentes do campo, ligadas aos interesses em comum partilhados pelos agentes para a reprodução do campo.

Na sociologia de Bourdieu, qualquer campo social é um espaço de concorrência estrutura em torno de desafios e de interesses específicos no âmbito do qual os “agentes” se distribuem em função do volume e da estrutura de capitais detidos

por eles e que constituem os recursos da ação. A forma de interesse específico no campo científico consiste na imposição de uma concepção particular de ciência graças à mobilização de recursos aos quais Bourdieu atribui a denominação de “capital científico” (Raugouet, et al, 2017, p. 68-69).

No Brasil, de acordo com Stremel (2016) e Santos (2008), o processo de institucionalização do campo acadêmico da Política Educacional está ligado a diversos aspectos da expansão das produções acadêmicas sobre política educacional, a partir da reorganização da Pós-Graduação em linhas de pesquisa, isto impulsionou a criação de grupos de pesquisa sobre o tema, a criação de disciplinas, associações científicas e seus grupos de trabalho, assim como a criação de periódicos especializados, eventos científicos e redes de pesquisa. Considerando a noção de campo científico de Bourdieu (2003), compreende-se que a criação de instituições dentro de um campo representa uma estratégia de fortalecimento da autonomia e da legitimação do mesmo na medida em que são detentoras de capital simbólico e, portanto, exercem grande influência sobre o capital específico do campo.

As instituições de ensino superior representam um espaço significativo para a produção do conhecimento do campo educacional, em especial na Pós-Graduação, devido à centralidade que a prática da pesquisa ocupa nos programas. Evidencia-se, portanto, a necessidade de acompanhamento do que vem sendo desenvolvido em termos de produção de conhecimento de Pós-Graduação, sua continuidade e aprofundamento (Gamboa, 2007; Santos, Azevedo, 2009).

Os programas de pós-graduação no Brasil têm contribuído de forma significativa para estabelecer uma melhor compreensão a cerca dos problemas que emergem dos diferentes âmbitos da realidade, além de, representar um espaço importante para a qualificação do quadro de profissionais nas áreas de ensino, gestão e pesquisa. Estudos como o de Santos e Azevedo (2009) evidenciam o reconhecimento que o sistema de pós-graduação do país possui por parte da comunidade científica a nível nacional e internacional. Esse reconhecimento se deve a forma de organização e a seriedade com que são tratadas as políticas públicas “em termos de definições e das ações voltadas para esse setor, o que se expressou, entre outros modos, em sua expansão contínua, com qualidade, nos últimos 40 anos” (Santos y Azevedo, 2009, p. 534 – 535).

Tomando o subcampo acadêmico da política educacional como central para a discussão que será tecida neste artigo é importante considerar o fato de que, com as mudanças ocorridas na sociedade, as políticas públicas passam a ganhar papel

central nas discussões sociopolíticas. Esse fenômeno influi na organização dos próprios programas de Pós-Graduação (Santos, Azevedo, 2009).

Apesar da crescente discussão acerca das políticas educacionais, Bello Jacomini e Minhoto (2014, p. 374), afirmam que sua consideração como “uma unidade de análise e pesquisa acadêmica é recente no Brasil”. Os primeiros estudos acerca da necessidade de constituição da Política Educacional como campo, tiveram início em 1990 e apontam dificuldades que precisam ser superadas pela busca de sua consolidação.

Em relação a essa busca por consolidação enquanto campo, os autores destacam a importância da criação da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e do grupo de trabalho 5 “Estado e Política Educacional” da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED). Essas duas associações impulsionaram o desenvolvimento de pesquisas que se diferenciam das conduzidas pela esfera governamental.

Apesar desse avanço, os autores evidenciam que as pesquisas “restringiram-se a analisar a formulação e a implementação de políticas no âmbito das ações do governo, mantendo, assim, a tradição dos estudos das políticas públicas” (Bello, Jacomini, Minhoto, 2014, p. 374).

Mainardes (2009) ao se retratar sobre isto assinala que, pelo fato de as pesquisas no campo das políticas educacionais serem recentes no Brasil, ainda há insuficiência de referenciais analíticos consistentes, porém, percebe-se crescimento em termos de dissertações, teses e publicações, destacando a importância de debates sobre as questões teórico- metodológicas da análise de políticas públicas.

Para Mainardes (2009) os principais problemas do campo na atualidade se referem a: a) utilização de teorias, conceitos ou contribuições referentes a diferentes autores para compor o referencial teórico dos estudos, não havendo a explicitação da perspectiva epistemológica seguida pelos pesquisadores; b) o uso de ideias de diferentes autores ou teorias que não estabelecem diálogo entre as matrizes epistemológicas; c) a análise das políticas sem considerar sua articulação com os processos e movimentos mais amplos que envolvem sua criação.

Em levantamento feito por Stremel (2014) da produção e publicação sobre estudos epistemológicos da política educacional, organizados a partir dos sete eixos temáticos da Red Latinoamericana de Estudios Epistemológicos en Política Educativa (ReLePe), com o objetivo de contribuir para as discussões a respeito dos estudos teóricos e epistemológicos acerca da política educacional. verifica-

se que nos últimos anos, o interesse dos pesquisadores pelo campo em questão tem aumentado, o que resulta em um crescimento de produções e de grupos de pesquisa e estudo acerca da política educacional, contribuindo para a consolidação do campo “enquanto um espaço de discussão, debate e pesquisa” (Stremel, 2014, p. 555). Apesar disto, a autora aponta para a necessidade de:

[...] aprofundar e expandir as publicações que abordem aspectos teóricos, epistemológicos e metodológicos da pesquisa sobre políticas educacionais, especialmente no contexto da América Latina. Nesse sentido, a criação da ReLePe tem permitido um avanço e há ainda diversos aspectos que poderiam ser explorados nesse campo de estudo (Stremel, 2014, p. 555).

Os estudos acerca dos aspectos teóricos e metodológicos são apresentados pela autora, como fundamentais para o fortalecimento do campo no sentido vertical, de aprofundamento das análises das políticas públicas e educacionais. A mesma necessidade é evidenciada por Power (2011 citado por Bello, Jacomini & Minhoto, 2014, p. 376) no que se refere ao processo de construção do campo da Política Educacional no Brasil, o autor aponta para a importância de que as pesquisas, não se restrinjam a uma perspectiva explicativa das políticas educacionais. É preciso, de acordo com o autor, relacionar a política que está sendo estudada com o macro-contexto.

Nesse sentido, evidencia-se a importância de realizar estudos que possibilitem a análise do processo de aprofundamento teórico e metodológico das produções do campo em questão.

Com base nas análises feitas o autor afirma que parece não haver “um consenso pleno sobre o que é/são o/s objeto/s de investigação neste campo, ao menos no Brasil” (Souza, 2014, p. 356). Esta realidade pode ser expressa pela variedade de temas tratados nos trabalhos pesquisados.

Dentre as principais questões debatidas pelo autor na pesquisa, destaca-se a relação entre o campo da política e o campo das políticas educacionais. Nesse sentido, assinala que,

Como a política é dinâmica, complexa e controversa, e como as demandas por educação são crescentes, tem-se ampliado também, quantitativamente e na diversidade de abordagens, os estudos em políticas educacionais. Isto, quiçá, tem contribuído por não se ter ainda no Brasil, uma definição muito precisa sobre quais são os temas de estudo deste campo, mesmo que a prioridade que lhes é dada indique

que se trata predominantemente, como vimos, de estudo que tomam a relação Estado e sociedade diante dos reclames sociais pela garantia e/ ou ampliação do direito à educação (Souza, 2014, p. 366).

A partir desse panorama, Souza (2014) afirma existir um conjunto de desafios referentes à metodologia da pesquisa no campo, evidenciando, principalmente: a carência de estudos que acompanhem e interpretem a dinâmica da política; a necessidade de ampliação das revisões de literatura, em especial para o exterior; a falta de estudos que adotem metodologias do exterior, bem delimitadas e adaptando-as a realidade nacional, podendo dessa forma, maximizar a amplitude dos resultados; a necessidade de realizar reflexões mais sistemáticas a respeito da definição das teorias que fundamentam as pesquisas, no sentido de superar o viés determinista em relação à política ao não considerar que as contradições lhes são inerentes e; por fim, a importância de os pesquisadores buscarem se aprofundar em suas análises políticas, priorizando os estudos sobre políticas educacionais e avaliações da política.

Assim como Souza (2014), Azevedo e Aguiar (2001), ao estudarem sobre as características e tendências das investigações vinculadas ao campo da produção intelectual dos saberes sobre a política educacional no Brasil, também identificaram a gama diversificada de estudos que constituem o campo e, evidenciaram que essa realidade pode representar algo positivo no campo temático, visto que este fato representa maior abrangência no que se refere às relações que constituem a política educacional. Entretanto, ao mesmo tempo, aponta para a presença de fragilidades e controversas epistemológicas do campo. Outros desafios são apontados por Krawczyk (2015) no que se refere às possibilidades de compreensão do cenário atual da pesquisa em política educacional.

A primeira questão pontuada pela autora se refere à definição de dois campos de estudo: o da política e o da educação. Levando em consideração a relação entre esses dois campos, Krawczyk (2015, p. 11) levanta a seguinte problemática:

Existe uma área de saber, de conhecimento, chamada educação, ou será que a educação é uma área de práticas e de políticas sobre as quais diferentes ciências humanas e sociais produzem conhecimento? Essas questões estão de alguma forma, subjacentes aos modos de pensar a pesquisa em política educacional.

De acordo com a autora, essa questão se apresenta de forma relevante para a compreensão da produção do conhecimento no campo da Política Educacional, bem como, para a construção de sua delimitação.

No mesmo âmbito de compreensão do campo da Política Educacional, a autora aponta outra questão que se refere ao objeto de estudo das pesquisas que constituem o campo e, identifica que a maioria dos estudos têm focado na análise de “políticas educacionais determinadas”. Desse modo, faltam estudos sobre a “dinâmica da produção de políticas educacionais.”, considerando que o campo representa um espaço de disputas, de conflitos que determinam posições e valores condicionantes das práticas desenvolvidas pelos agentes (Krawczyk, 2015, p. 9).

A partir do que foi exposto, percebe-se que muitos pesquisadores do campo da Política Educacional têm se dedicado a análise dos conteúdos das produções acerca das políticas educacionais, sejam elas referentes à Pós – Graduação, tomando como objeto de estudo dissertações e teses, ou outras formas de publicação, como artigos e periódicos alocados nos diversos Grupos de Trabalhos destinados aos estudos sobre as políticas educacionais. Esses estudos permitem mapear a estrutura que sustenta o campo em questão, pois identificam o que seus agentes têm priorizado em suas pesquisas e, a forma como eles analisam os objetos de estudo, evidenciando questões pertinentes para a consolidação e delimitação do campo, na medida em que apontam suas fragilidades e avanços.

O tópico seguinte buscou evidenciar alguns elementos importantes para o mapeamento das produções científicas sobre Políticas Públicas de educação realizadas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR).

## **Aspectos Metodológicos da pesquisa**

Segundo Santos e Azevedo (2009), a produção acadêmica nos programas de Pós-Graduação no Brasil é caracterizada por sua heterogeneidade sendo, então, necessária a realização de estudos específicos decorrentes de diferentes contextos regionais que tomem como objeto de estudo essas produções. Ainda de acordo com as autoras, os cursos de Mestrado e Doutorado se constituem em espaços privilegiados para a produção do conhecimento, sendo que os estudos sobre políticas públicas educacionais têm ocupado um lugar de destaque nesse âmbito. Assim, justifica-se a escolha em tomar como recorte espacial, a linha de pesquisa História e Política Educacionais do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR.

Para a constituição da amostra empírica deste trabalho, foram selecionadas setenta e cinco teses e dissertações produzidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGE – UEPG), especificamente da linha de História e Política Educacionais, considerando o interregno de tempo a partir do ano de 1996, período em que foram defendidas as primeiras dissertações no programa, até o ano de 2019. Desconsiderou-se as produções que tratavam de temas como gestão escolar, de temas muito abrangentes, que tiveram como principal objetivo realizar análises da conjuntura econômica do país e sua relação com a educação, sem com tudo, explicitar políticas públicas educacionais específicas e pesquisas sobre avaliação educacional que realizaram análises em nível conceitual.

Procedido o levantamento dos dados, para a organização e análise do conjunto de teses e dissertações apresentadas neste trabalho, tomou-se como base as formulações do Enfoque das Epistemologias da Política Educacional (EEPE) desenvolvidas por Tello (2012), Tello e Mainardes (2015), e Mainardes e Tello (2016), além dos estudos de Mainardes (2018a, 2018b) sobre os aspectos conceituais e metodológicos da metapesquisa (pesquisa sobre pesquisas).

De acordo com Mainardes (2018a) a proposta metodológica para a metapesquisa em Política Educacional

[...] privilegia a análise dos aspectos teórico-epistemológicos da pesquisa, assumindo uma dupla dimensão: a) dimensão reflexiva: a metapesquisa toma a produção científica do campo da Política Educacional (amostra) como objeto de estudo, reflexão e análise, que pode resultar em elementos importantes para a compreensão das pesquisas do campo (identificação de tendências, pontos fortes, fragilidades, obstáculos, etc.; e b) dimensão teórico-analítica: as conclusões da metapesquisa podem ser “reinvestidas no trabalho científico” [...] bem como podem contribuir para aumentar as possibilidades de cientificidade da comunidade científica no seu conjunto (Mainardes, 2018a, p. 311).

Tratando, especificamente do campo acadêmico da Política Educacional, muitos estudos apontam como uma das principais características da produção do campo, a variedade de temáticas e objetos que constituem produção do conhecimento nesse espaço (Arosa, 2016; Azevedo, Aguiar, 2001; Bello, Jacomini, Minhoto, 2014; Mainardes, 2018c; Mendes, Perrela, Cruz, 2019; Silva, Jacomini, 2016; Silva, Scaff, Jacomini, 2016; Souza, 2014; Keurbay, 2015; Tello, 2015). As pesquisas indicam que apesar dessa variedade representar o enriquecimento dos debates no campo, não evidenciam acompanhamento de

um aprofundamento teórico metodológico que contribua devidamente para o processo de consolidação do campo. Há, nesse sentido, a necessidade de estudos que busquem identificar elementos importantes para o avanço da produção como, as fragilidades, os principais obstáculos, os avanços conquistados, as tendências e principais características.

A metapesquisa, conforme afirma Mainardes (2018a, p. 306) caracteriza-se como um procedimento cujo objetivo é de realizar uma “avaliação das pesquisas”, tornando possível a identificação de “características, tendências, fragilidades e obstáculos para o desenvolvimento de um campo ou temática de pesquisa”. Compreende-se, assim, que a metapesquisa possibilita a construção de um panorama a respeito dos caminhos que são trilhados pelos pesquisadores no que se refere às questões teórico-epistemológicas para a análise dos objetos investigados dentro de um determinado campo.

Os conceitos desenvolvidos por Tello (2012), Tello e Mainardes (2015), e Mainardes e Tello (2016) dentro da EEPE, são pautados, também pelas orientações metodológicas de Pierre Bourdieu no que se refere ao uso dos conceitos de vigilância epistemológica e reflexividade. De acordo com Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1999), assumir a vigilância epistemológica durante o processo de pesquisa é essencial para que não se corra o risco de fazer uso de orientações metodológicas de forma rígida e estática. Ao empregar os conceitos de reflexividade e de vigilância epistemológica durante o processo de construção e investigação do objeto, o pesquisador reflete a respeito da teoria e dos procedimentos metodológicos empregados por ele. De acordo com Bourdieu (2004)

[...] a reflexividade é um meio particularmente eficaz de reforçar as hipóteses de se aceder à verdade ao reforçar as censuras mútuas e ao fornecer os princípios de uma crítica técnica, que permite controlar de forma mais atenta os fatores susceptíveis de alterar o sentido da investigação. Não se trata de procurar uma nova forma de saber absoluto, mas de exercer uma forma específica de vigilância epistemológica, a mesma que deve efetuar esta vigilância sobre um terreno em que os obstáculos epistemológicos são, primordialmente, obstáculos sociais (Bourdieu, 2004, p. 123).

Assim, o esquema analítico do EEPE consiste em um caminho para tornar possível o exercício de reflexividade e de vigilância epistemológica por parte dos pesquisadores do campo da Política Educacional. Tello (2012), Tello e Mainardes (2015), Mainardes e Tello (2016) definiram três componentes analíticos para o EEPE: a perspectiva epistemológica, o posicionamento epistemológico e o enfoque

epistemológico. Segundo Mainardes (2018a, p. 311), a proposta metodológica para a metapesquisa que foi formulada no âmbito da EEPE, caracteriza-se como um exercício flexível, “[...] a qual pode ser adaptada de acordo com os propósitos e os referenciais teóricos das pesquisas.”.

Sendo assim, a partir dos objetivos formulados para este trabalho, houve a adaptação das etapas propostas pelo esquema analítico, de modo a cumprir os objetivos propostos neste estudo. Após a definição da amostra empírica, realizou-se o registro dos dados em uma planilha, para posterior definição dos elementos que seriam considerados para a análise: a) ano; b) autor; c) tipo de documento; d) título; e) temática; f) objetivo; g) palavras-chave; h) abrangência; i) perspectiva teórico-epistemológica (referencial teórico); j) principais autores; k) marcos teóricos. A leitura sistemática das produções envolveu a análise dos seguintes elementos: a) resumo; b) introdução; c) capítulo teórico destinado à explicitação do referencial teórico, quando havia (de maneira transversal); d) considerações finais; e) referências. No Quadro 1 estão expostas as temáticas e os objetos das produções por ano, iniciando em 1996 e finalizando em 2019.

Quadro 1: teses e dissertações organizadas por ano (1996-2019)

Ano	Temática	Objeto
1996	Ensino superior	Extensão universitária
1998	Política de formação e carreira docente	Formação continuada de professores do Ensino Básico
	Projeto	Projeto “Construindo a Escola Cidadã”
1999	Programa	Programa TV Escola
2000	*	*
2001	Políticas de formação e carreira docente	Curso de licenciatura em Educação Física
2002	Ensino Superior	Projetos e Serviços extencionistas na Universidade Estadual de Ponta Grossa
	Políticas de Inclusão	Educação Inclusiva (questões pedagógicas)
	Políticas de formação e carreira docente	Políticas para a formação do pedagogo
2003	Políticas de formação e carreira docente	Os parâmetros curriculares e a disciplina de língua estrangeira moderna
	Políticas públicas	Ações desenvolvidas pela escola pública junto às crianças e adolescentes vítimas de violência familiar

Ano	Temática	Objeto
2004	Ensino Superior	Extensão universitária
	Políticas Curriculares	Parâmetros Curriculares Nacionais
	Projeto	Educação a distância Projeto Curso de Formação de Formadores em Educação a Distância da UNIREDE)
2005	Política de ciclos	O processo de implantação da Proposta dos Ciclos de Aprendizagem
	Programa	Programa Nacional Bolsa Escola
2006	Etapas e modalidades	A parceria estabelecida entre a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa e o Instituto Integrar para a construção de um percurso formativo destinado a Jovens e Adultos.
	Programa	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB
	Políticas de Inclusão	Representações sociais de professores e gestores escolares sobre a exclusão escolar
2007	Políticas públicas	Políticas públicas de prevenção à dependência de drogas
	Projeto	Projeto “Literatura em Minha Casa”
2008	Etapas e modalidades	Políticas públicas para EJA
	Políticas de formação e carreira docente	Formação continuada de professores da educação de Jovens e Adultos
	Educação permanente	Políticas Públicas Educacionais para o idoso
	Políticas públicas	A prática social da Pastoral da Criança (PCç)
2009	Etapas e modalidades	Práticas de leitura no Ensino Fundamental
	Etapas e modalidades	O Ensino Fundamental de nove anos
	Políticas de formação e carreira docente	A alteridade nos cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Ponta Grossa
	Ensino superior	Expansão do Ensino Superior no Sudoeste do Estado do Paraná
2010	Programa	Programa Pró-Letramento
	Política de cotas	O desempenho, inserção e as representações sociais dos cotistas negros sobre a política de cotas nos seus primeiros anos no curso na Universidade Estadual de Ponta Grossa
	Etapas e modalidades	Educação Profissional integrada no Paraná
	Educação Permanente	Educação para a terceira idade
2011	Políticas públicas	Centro de Socioeducação de Ponta Grossa
	Etapas e modalidades	A política de implantação da língua espanhola na matriz curricular da Educação Básica da Rede Pública, no Ensino Médio.
	Programa	Programa Nacional do Livro Didático (PNLDO)
	Políticas Curriculares	As Diretrizes Curriculares de Arte do Estado do Paraná
	Política de ciclos	A organização da escolaridade em Ciclos Aprendizagem

Ano	Temática	Objeto
2012	Etapas e modalidades	Ações dos intelectuais envolvidos com o debate da Educação Infantil
	Etapas e modalidades	Ensino Fundamental de nove anos
	Política de cotas	Política de cotas para estudantes negros de escolas públicas e para estudantes de escolas públicas
	Políticas públicas	As práticas de Educação Musical em uma instituição de acolhimento de adolescentes em situação de risco.
2013	Políticas Curriculares	Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional do estado do Paraná
	Política de ciclos	Trajetória da implantação dos Ciclos de Aprendizagem na rede municipal de ensino de Ponta Grossa – PR
	Educação Permanente	Políticas Públicas Educacionais para o idoso
	Programa	Educação Profissional de Jovens e Adultos (PROEJA)
	Etapas e modalidades	Ensino Profissionalizante do SENAI, PR
	Programa	Programa PDE Escola
2014	Ensino superior	Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa
	Políticas curriculares	Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica
	Ensino superior	Processo de implementação dos Institutos Federal Catarinense - Campus Rio do Sul
	Política de formação e carreira docente	O ensino de Filosofia no Estado do Paraná
	Programa	Programa Pró-Letramento e Programa Pacto Nacional pela alfabetização na idade certa (PNAIC)
	Programa	Programas “Segundo Tempo” e “Mais Educação”
	Políticas de formação e carreira docente	Plano de carreira de professores
2015	Programa	Programa de formação continuada de professores do estado do Paraná na modalidade de semanas pedagógicas 2007-2014
	Políticas de inclusão	O processo de formação de acadêmicos para atuar em contextos inclusivos.
	Políticas públicas	Políticas Públicas educacionais na penitenciária estadual de Maringá - Paraná (1999-2010)

Ano	Temática	Objeto
2016	Programa	Programa Mais Educação
	Projeto	Educação pública e estatal republicana para os negros no Paraná
		Programa Navegapará
	Políticas de formação e carreira docente	Oferta e demanda de pedagogos no Paraná (2009-2013)
	Programa	Programa Pacto Nacional pela alfabetização na idade certa
	Educação Permanente	Ações educacionais para o idoso nas instituições de ensino superior públicas paranaenses
	Pesquisa sobre o campo da Política Educacional	O campo da Política Educacional
2017	Programa	Avaliação do Programa Institucional de iniciação à docência (PIBID)
	Direito à educação e demandas educacionais	Planos Municipais de Educação do estado do Paraná
	Programa	Programa Pacto Nacional pela alfabetização na idade certa
	Programa	Programa Pacto Nacional pela alfabetização na idade certa
	Pesquisa sobre o campo da Política Educacional	Pesquisas do campo da política educacional
2018	Programa	Políticas públicas de formação continuada
	Políticas de inclusão	Políticas de Educação Especial no Estado de Alagoas
	Educação Permanente	As relações entre as políticas educacionais para o EJA e a Educação Permanente
	Políticas públicas	Educação nas penitenciárias do Paraná
2019	Políticas de formação e carreira docente	A formação de professores na modalidade a distância
	Educação Permanente	Instituições de longa permanência para idosos
	Política de cotas	Sistema de cotas raciais
TOTAL = 75		

Fonte: Dados da pesquisa organizados pelos autores.

O Quadro 2 apresenta as temáticas e o número de produções correspondentes a cada uma.

Quadro 2 – Temáticas das produções

<b>Temáticas</b>	<b>Nº</b>
Programa	16
Políticas de formação e carreira docente	11
Etapas e modalidades	9
Políticas públicas (contra violência, para o idoso, em espaços de educação não formal)	7
Educação Permanente	6
Ensino Superior	6
Projeto	5
Políticas curriculares	4
Políticas de Inclusão	4
Políticas de ciclos	3
Políticas de cotas	3

Fonte: Dados de pesquisa organizados pelos autores.

Como é possível observar no Quadro 2, os trabalhos que tomam como objeto de análise os programas representam a grande maioria. Nesta temática, os trabalhos estão voltados para a análise de programas como o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola); Programa Nacional Bolsa Família; Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB); Programa Pró-Letramento; Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de jovens e adultos (PROEJA) e o Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Compreende-se assim, que o foco dos pesquisadores que fizeram e/ou ainda fazem parte da linha, se encontra no acompanhamento e desdobramentos das políticas públicas educacionais formuladas e expressas nos planos. Ou seja, a preocupação principal dos estudos está em acompanhar as ações contidas nesses documentos.

O Quadro 3, mostra quais têm sido os referenciais teórico-metodológicos adotados pelos pesquisadores da linha em questão para analisarem as políticas públicas educacionais apontadas.

Quadro 3 – Perspectivas teórico - epistemológicas das produções

<b>Perspectivas teórico-epistemológicas</b>	<b>Nº</b>
Não explicitam	27
Materialismo Histórico e Dialético e suas vertentes	31
Ciclo de Políticas	5
Teoria das Representações Sociais	4
Teoria Social de Pierre Bourdieu	3
Teoria de Berstein	2
Abordagem Reflexiva	1
Pedagogia Freiriana	1
Referencial teórico fenomenológico	1
TOTAL	75

Fonte: Dados da pesquisa organizados pelos autores.

Percebe-se a partir do Quadro 3, a existência de um expressivo número de pesquisas que não explicitam de maneira clara, a perspectiva teórico-epistemológica adotada para a realização das análises. Estas pesquisas, de modo geral, fazem uso de autores que muitas vezes, não dialogam em termos de matrizes epistemológicas. Mainardes (2017), explica que o uso de autores que pesquisam sobre o mesmo tema ou de autores contemporâneos, a partir de uma mera justaposição, torna a teorização limitada, o que resulta em análises e discussões frágeis em relação às políticas. Ao escrever sobre o enfoque epistemológico das pesquisas sobre políticas educacionais, Mainardes (2018c), apresenta os conceitos de teorização combinada e teorização adicionada

Teorização combinada, nesse sentido, é um esforço de articular teorias ou conceitos oriundos de diferentes teorias, com o objetivo de compor um quadro teórico consistente para fundamentar determinada análise. Tal esforço demanda fazer escolhas teóricas e justifica-las, o que implica um exercício de reflexividade e de vigilância epistemológica. Já a noção de teorização adicionada significa a adoção mais ou menos aleatória de teorias, conceitos e ideias de diferentes teorias e perspectivas epistemológicas, resultando em um conjunto de ideias e conceitos sem coerência, unidade e articulação teórica. O resultado do simples adicionamento e da sobreposição de ideias e de diferentes autores resulta em uma tentativa fracassada da definição de um referencial teórico, o qual poder ser considerado frágil, desarticulado e epistemologicamente pouco coerente (Mainardes, 2018c, p. 6-7).

O autor explica que não se trata de afirmar que o uso de diferentes perspectivas teóricas não possa ser feito. No entanto, torna-se fundamental a explicitação de uma justificativa a partir de critérios comuns de evidência empírica e em relação a perspectiva epistemológica que sustenta as combinações teóricas e conceituais (Mainardes, 2017).

Ao analisar as produções bem como o ano em que foram produzidas, identifica-se que o maior número de produções que não explicitam a perspectiva epistemológica e que fazem uso de autores e teorias de matrizes epistemológicas distantes, estão concentradas nos anos iniciais de abertura do programa. Nos anos posteriores, evidencia-se o aumento de produções que foram fundamentadas no materialismo histórico e dialético e suas vertentes, representando o referencial teórico-epistemológico, mais adotado para a análise de políticas públicas educacionais por parte dos pesquisadores da linha.

De acordo com Silvio (2018) a análise das políticas públicas na educação a partir do enfoque metodológico materialista histórico dialético, representa uma potencialização da apreensão da totalidade, da qual as problemáticas que envolvem as políticas fazem parte, tornando possível trazer para a análise os sujeitos históricos a quem as políticas se referem.

De acordo com Silva (2017, p. 23)

Investigar políticas educacionais requer o desenvolvimento da capacidade de captação, análise e compreensão não só do que é conservado, mas fundamentalmente do que é mudado e criado, e este processo de mudança e criação se dá dentro de limites muito estreito dadas as condições estruturais de origem e desenvolvimento da sociedade brasileira, o que exige, portanto, um alto grau de acuidade para captar este movimento.

Ao se fazer a análise das políticas públicas em educação a partir do enfoque metodológico materialista histórico dialético é preciso considerar a nova configuração do contexto social, econômico e político que se origina com o processo de globalização da esfera econômica, com vistas a não cometer equívocos em relação à compreensão do Estado como “mera instituição de dominação ao serviço da classe dominante” com grandes riscos de fazer uma análise simplista em relação ao processo que envolve a elaboração e a operacionalização das políticas públicas. (Boneti, 2011, p. 12).

Com base nas leituras sistemáticas feitas, considerando os resumos, introduções, os capítulos teóricos destinados ao esclarecimento da perspectiva teórico-epistemológicas (quando havia) bem como elementos das considerações finais, foi possível identificar nas teses e dissertações elementos que trazem a tona nas discussões a respeito das políticas analisadas, a existência de dinâmicas que expressam os conflitos e que envolvem a correlação de forças entre os interesses de diferentes classes sociais, considerando, além disso, a atuação dos demais sujeitos e organizações que fazem parte da sociedade civil.

No entanto, grande parte das produções que indicam um posicionamento ligado ao materialismo histórico dialético, não representam de fato, uma “adesão integral ao denominado marxismo ortodoxo” (Arosa, 2015, p. 22). O que pode ser compreendido nessas produções é que existe um esforço em desenvolver críticas em relação a alguns agentes que caracterizam a sociedade em sua organização capitalista atual bem como aos processos que envolvem a delimitação de políticas públicas essenciais para a manutenção do sistema capitalista, mas em muitos casos, não apontam estratégias de superação desse sistema por meio da formulação de novas políticas públicas, focando apenas em formas de atenuar seus efeitos.

Por fim, apenas doze produções pautaram-se em perspectivas teórico-epistemológicas e em autores clássicos e alguns pesquisadores internacionais, para a análise das políticas. Destacam-se, como pode ser observado no Quadro 3, autores como Bourdieu e a Teoria Social, Berstein, Ball e Bowe, acompanhados da abordagem do Ciclo de Políticas. Os demais referenciais, se expressam nos trabalhos de forma bastante sucinta e com grave limitação em sua articulação com a análise proposta.

De acordo com Mainardes (2006) a abordagem do Ciclo de Políticas representa uma grande contribuição para a análise de políticas educacionais, na medida em que, relaciona os processos macro e micro na compreensão das políticas. Nesse sentido, oferece aos pesquisadores conceitos fundamentais que facilitam o entendimento da complexidade que caracteriza a trajetória das políticas educacionais. Possibilita, além disso, o intercâmbio com “outras fontes, por meio da análise de documentos, comparação com outros países, valorização das informações das mídias e internet, configurando múltiplos olhares sobre a situação observada” (Moreira, 2017, p. 6).

As produções que tomaram como base a abordagem analítica do Ciclo de Políticas analisaram ações da/na política educacional de forma específica. Nesses casos, foi possível evidenciar a preocupação em avaliar a ação do Estado enquanto

prestador e regulador de políticas públicas, bem como, os resultados dessas políticas, considerando o estudo da proposta da política diante dos resultados por ela alcançados.

## Considerações finais

Considerando os limites das análises feitas de maneira sistemática sobre o modo como as políticas públicas educacionais vem sendo abordadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, foi possível perceber que há um alinhamento em relação às escolhas dos referenciais analíticos utilizados para o estudo das políticas, não havendo grande diversidade de abordagens utilizadas pelos pesquisadores. Evidencia-se também a preocupação em se discutir as políticas públicas na educação de forma a considerar as demandas da sociedade em relação à educação e as (não) ações do Estado. (Souza, 2014).

Assim como salientado por Boneti (2011), compreende-se que há esforços por parte dos pesquisadores da linha de pesquisa em questão, em apreender a dinâmica complexa e controversa das políticas analisadas, com o objetivo de não se realizar um estudo reducionista e simplista em que a relação entre Estado e sociedade civil é compreendida de forma fragmentada. No entanto, a fragilidade em relação às perspectivas teórico-epistemológicas e sua articulação com o processo de análise das políticas tomadas como objeto, dificultam essa tentativa.

Ressalta-se, por fim, que as características gerais das produções no âmbito do PPGE-UEPG, especificamente, na linha de pesquisa História e Política Educacionais, se configuram enquanto traços político-institucionais no que se refere aos caminhos percorridos pelos pesquisadores para formularem as suas análises sobre as políticas públicas educacionais. Compreende-se que este trabalho configura-se como uma tentativa inicial de compreender como vem sendo construída historicamente a pesquisa sobre políticas educacionais no âmbito das linhas de pesquisa e com isso, identificar quais os elementos permanecem com os mesmos traços e, em que sentido, a linha avançou em termos de questões teórico-metodológicas e epistemológicas para a análise das políticas educacionais.

## Referências:

- Arosa, A. C. C. (2015). A pesquisa sobre Política Educacional: estudo sobre o GT5 da ANPEd. *Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, v. 1, n. 1, p. 10-29, jan./jun.
- Azevedo, J. M. L. de, & Aguiar, M. A. A. (2001). A produção do conhecimento sobre política educacional no Brasil: um olhar a partir da ANPEd. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 77, p. 49-70, dez.
- BALL, S.J., & BOWE, R. (1992). Subject departments and the "implementation" of National Curriculum policy: an overview of the issues. *Journal of Curriculum Studies*, London, v. 24, n. 2, p. 97-115.
- Bello, M. I, Jacomini, A. M., & Minhoto, P. A. M. (2014). Pesquisa em política educacional no Brasil (2000- 2010): uma análise de teses e dissertações. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 369- 393, jul./dez.
- Boneti, W. L. (2011). *Políticas Públicas por dentro*. Ed. Unijuí: Ijuí.
- Bourdieu, P. (2004a). *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, P., Chamboredon, J-C., & Passeron, J-C. (1999). *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 3. ed. Petrópolis: Vozes.
- Cellard, A. (2008). A análise documental. In: Poupart, J. et al. (Coord.). *Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes.
- CNPq (2010). *Censo 2010 do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil*. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasília.
- CNPq (2019). *Estatística de 2016*. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasília.
- Freire Junior, A. B. (2005). *O controle judicial de políticas públicas*. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Gamboa, S. S. (2007). *Pesquisa em educação: métodos e epistemologias*. Chapecó: Argós.
- Kauchakje, S. (2007). *Gestão pública de serviços sociais*. Curitiba: Ibpx.
- Krawczyk, R. N. (2014). Pesquisa e formação em política educacional. Conferência de Abertura do I Encontro Latinoamericano de Professores de Política Educacional. *Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos em Política Educativa*, Guarulhos, jul.
- Lowi, T. J. (1972). Four Systems of Policy, Politics, and Choice. *Public Administration Review*, n. 32, p. 298-310.
- Mainardes, J. (2009). Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. *Contrapontos*, Itajaí, v. 9, n. 1, p. 4-16, jan./abr.
- Mainardes, J. (2006). Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47- 69, jan./abr.
- Mainardes, J. (2009). Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. *Contrapontos*, Itajaí, v. 9, n. 1, p. 4-16, jan./abr.
- Mainardes, J. (2013). Las epistemologías de la política educativa y sus contribuciones para el campo. In: Tello, C. (Coord.). *Epistemologías de la política educativa: posicionamientos, perspectivas y enfoques*. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 517-526.
- Mainardes, J. (2015). Reflexiones sobre el objeto de estudio de la Política Educativa. In: Tello, C. (Comp.). *Los objetos de estudio de la política educativa: hacia una caracterización del campo teórico*. Buenos Aires: Autores de Argentina, p. 25-42.

- Mainardes, J. (2017). A pesquisa sobre Política Educacional no Brasil: análise de aspectos teórico epistemológicos. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 33, p. 1-25, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698173480>
- Mainardes, J. (2018). Reflexões sobre o objeto de estudo da Política Educacional. *La plage em revista*, Sorocaba, v. 4, n. 1, p. 186-201, jan./abr. DOI: <https://doi.org/10.24115/s2446-6220201841399p.186-201>
- Mainardes, J., Ferreira, M. S., & Tello, C. (2011). Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: Ball, S.; Mainardes, J. (Coord). *Políticas Educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, p. 143-172.
- Mainardes, J., & Tello, C. (2016). A pesquisa no campo da Política Educacional: explorando diferentes níveis de abordagem e abstração. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*. v. 24, n. 75, p. 1-17, jul. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.24.2331>
- Mincato, R. (2012). Políticas públicas e sociais: uma abordagem crítica e processual. En: M. Oliveira & S. T. Bergue (Ed.). *Políticas públicas: definições, interlocuções e experiências*. Caxias do Sul: UCS, p. 81-97.
- Moreira, P. L. (2017). Enfoques e abordagens para a análise de políticas educacionais: primeiras aproximações. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos em Política Educativa*, Paraná, v. 2, p. 1-14.
- Santos, A. L. F. (2008). *A Pós-Graduação em Educação e o tratamento do tema Política Educacional: uma análise da produção do conhecimento no nordeste do Brasil*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- Santos, A. L. F., & Azevedo, J. M. L. (2009). A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 42, p. 534-550, set./ dez.
- SCORTEGAGNA, P. A. (2016). *Emancipação política e educação: ações educacionais para o idoso nas Instituições de Ensino Superior públicas paranaenses*. 2016. 275 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR. 2016.
- Silva, R. M. (2017). *Pelos meandros do Plano Nacional de Educação: pode-se superar a exclusão?* Rio de Janeiro, 2017. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- SOUZA, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, jul./dez, p. 20-45.
- Souza, R. A. (2014). A pesquisa em políticas educacionais no Brasil: de que estamos tratando? *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 355-367, jul./dez.
- Stremel, S. (2014). Estudos teóricos e epistemológicos sobre política educacional: levantamento bibliográfico. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 553- 572, jul./dez.
- Stremel, S. (2016). *A constituição do campo acadêmico da Política Educacional no Brasil*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.
- Stremel, S. (2017). Aspectos teórico-metodológicos para a análise da constituição do campo Acadêmico da Política Educacional no Brasil. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, Ponta Grossa, 2, p. 1-14. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.2.001>
- Tello, C. (2013). Las epistemologías de la política educativa – notas históricas y epistemológicas sobre el campo. In: Tello, C. (Coord.). *Epistemologías de la política educativa: posicionamientos, perspectivas y enfoques*. Campinas: Mercado de Letras, p. 23-68.

- Tello, C., & Mainardes, J. (2012). La posición epistemológica de los investigadores en Política Educativa: Debates teóricos en torno a las perspectivas neomarxista, pluralista y pos estructuralista. *Archivos Analíticos de Política Educativas*, v. 20, n. 9, p. 1-31, mar. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.v20n9.2012>
- Tello, C., & Mainardes, J. (2015). Revisitando el enfoque de las epistemologías de la Política Educativa. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 153-178, jan/jun. DOI: <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v10i1.0007esp>